

Companhia Energética do Jari – CEJA  
CNPJ/MF nº 03.581.989/0001-62



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

**Senhores Acionistas:**  
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)				
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	
<b>ATIVO</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	75.103	249.812	
Concessionárias	5	45.846	43.684	
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	17.342	7.317	
Outros tributos compensáveis	6	3.936	6.851	
Estoques	11	4.858	5.011	
Cauções e depósitos vinculados	9		785	
Prêmio de risco - GSF	10	2.294	2.294	
Outros créditos	12	1.198	4.934	
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>150.577</b>	<b>320.688</b>	
<b>Não circulante</b>				
Cauções e depósitos vinculados	9	22.294	24.783	
Prêmio de risco - GSF	10	9.748	12.042	
Outros Créditos	12	725	1.544	
		<b>32.767</b>	<b>38.369</b>	
Imobilizado	13	1.005.301	1.013.139	
Intangível	14	440.682	454.271	
		<b>1.445.983</b>	<b>1.467.410</b>	
<b>Total do Ativo Não circulante</b>		<b>1.478.750</b>	<b>1.505.779</b>	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.629.327</b>	<b>1.826.467</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Em milhares de reais)				
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	
<b>PASSIVO</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	15	106.705	112.897	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	54.289	54.098	
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	6	1.382	1.701	
Outros tributos a recolher	6	13.211	12.518	
Dividendos	16	59.912	55.122	
Uso do bem público	18	2.822	3.024	
Provisões	19	5.998	2.510	
Outras contas a pagar	12	2.218	2.983	
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>246.537</b>	<b>244.853</b>	
<b>Não circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos	17	341.451	390.266	
PIS e COFINS diferidos	7	20	15	
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	7	110.376	113.739	
Uso do bem público	18	31.367	33.143	
Provisões	19	10.329	6.143	
Outras contas a pagar	12	18	9	
<b>Total do Passivo Não circulante</b>		<b>493.561</b>	<b>543.315</b>	
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Capital social	20.1	650.824	850.824	
Reservas de lucros	20.3	238.405	187.475	
<b>Total do Patrimônio líquido</b>		<b>889.229</b>	<b>1.038.299</b>	
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.629.327</b>	<b>1.826.467</b>	

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)				
	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>850.824</b>	<b>150.317</b>	<b>-</b>	<b>1.001.141</b>
Dividendo adicional aprovado - AGOE de 29/04/2022		(67.959)		(67.959)
Lucro líquido do exercício			169.966	169.966
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		8.498	(8.498)	-
Reserva de incentivo fiscal (ADA)		28.749	(28.749)	-
Dividendos intermediários (JSCP) - RCA 21/12/2022			(64.849)	(64.849)
Dividendos adicional propostos		67.870	(67.870)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>850.824</b>	<b>187.475</b>	<b>-</b>	<b>1.038.299</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>850.824</b>	<b>187.475</b>	<b>-</b>	<b>1.038.299</b>
Redução de capital - AGE de 26/10/2023	(200.000)			(200.000)
Dividendo adicional aprovado - AGOE de 28/04/2023		(67.870)		(67.870)
Lucro líquido do exercício			189.285	189.285
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		9.464	(9.464)	-
Reserva de incentivo fiscal (ADA)		31.862	(31.862)	-
Dividendos intermediários (JSCP) - RECA 21/12/2023			(70.485)	(70.485)
Dividendos adicional propostos		77.474	(77.474)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>650.824</b>	<b>238.405</b>	<b>-</b>	<b>889.229</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)				
	Nota	2023	2022	
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		195.500	174.435	
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>				
PIS e COFINS diferidos		5	5	
Depreciações e amortizações		52.715	50.563	
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		2.391	(96)	
Amortização do prêmio de risco - GSF		2.294	2.294	
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		36.869	39.062	
Uso do bem público - atualização monetária e AVP		1.102	4.417	
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		749	1.367	
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		(282)	2	
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária		(112)	(99)	
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(2.810)	(2.840)	
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(1.424)	(1.207)	
Fator de Indisponibilidade - FID		(2.792)	4.498	
		<b>284.205</b>	<b>272.401</b>	
<b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>				
Concessionárias		(2.162)	2.184	
Outros tributos compensáveis		(18.108)	(12.012)	
Outros ativos operacionais		4.810	(4.093)	
		<b>(15.460)</b>	<b>(13.921)</b>	
<b>Aumento (diminuição) de passivos operacionais</b>				
Fornecedores		(3.400)	14.759	
Outros tributos a recolher		4.509	21.597	
Provisões		(1.573)	(1.642)	
Uso do bem público		(3.080)	(2.950)	
Outros passivos operacionais		(644)	381	
		<b>(4.188)</b>	<b>32.145</b>	
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>				
Imposto de renda e contribuição social pagos		<b>264.557</b>	<b>290.625</b>	
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>(11.864)</b>	<b>(11.805)</b>	
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		<b>252.693</b>	<b>278.820</b>	
Adições ao Imobilizado e Intangível		(24.899)	(24.083)	
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(24.899)</b>	<b>(24.083)</b>	
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Cauções e depósitos vinculados		5.982	144	
Redução de capital social		(200.000)		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(122.992)	(104.944)	
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos		(53.018)	(52.461)	
Pagamentos de encargos de dívidas		(32.475)	(36.028)	
<b>Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento</b>	27.1	<b>(402.503)</b>	<b>(193.289)</b>	
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(174.709)</b>	<b>61.448</b>	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		75.103	249.812	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		249.812	188.364	
		<b>(174.709)</b>	<b>61.448</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Companhia Energética do Jari - CEJA (Companhia ou CEJA) é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada em conjunto pela EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil) e China Three Gorges Brasil Energia Ltda. (CTG Brasil), com sede no município de São Paulo - SP. Possui como objeto social as atividades de geração de energia elétrica de qualquer origem e natureza. Poderá, para tanto, estudar, planejar, desenvolver estudos de viabilidade e projetos de geração de energia, promover a construção, a operação, a manutenção de usinas de geração de energia e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Companhia poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

1.1 Concessão

A ECE Participações detinha o direito de concessão da UHE Jari por meio do Contrato de Concessão nº 04/02, celebrado junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Em 19 de novembro de 2019 a ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 8.369, autorizou a transferência da Concessão da ECE Participações para a Companhia Energética do Jari - CEJA para explorar a UHE Jari. A presente autorização vigorará pelo prazo remanescente, sub-rogando-se a CEJA em todos os direitos e obrigações que dela decorrem, com as seguintes características:

Empresa	Usina	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade instalada	Energia assegurada	Concessão	
					(MW)	(MWm)	Início	Término
Companhia Energética do Jari - CEJA	UHE Santo Antônio do Jari	PA/AP	Produtor Independente	Concessão	392,95	211,30	21/12/1987	28/10/2045

O Contrato de Concessão regula a exploração do potencial de energia hidráulica do rio Jari, entre os municípios de Laranjal do Jari e Almeirim, nos estados do Amapá e Pará, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. Da energia assegurada de 211,30MWm: (i) 190,00MWm foram comercializados em dezembro de 2010 por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR pelo preço estabelecido de R\$104,18 por MWh, atualizado em 31 de dezembro de 2023 para R\$216,83 por MWh, pelo prazo de 30 anos a partir de janeiro de 2015 reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA; e (ii) 20,90MWm de CCEARs no ACR pelo preço estabelecido de R\$82,20 por MWhm, atualizado em 31 de dezembro de 2023 para R\$147,72 por MWh, até dezembro de 2044 também reajustado anualmente pelo IPCA.

O prazo do contrato de concessão inicial previa um período de 30 anos a contar de 21 de dezembro de 1987, data da publicação do Decreto de outorga da concessão. No 4º termo aditivo assinado em 23 de janeiro de 2012, foi prorrogado o prazo de concessão até 31 de dezembro de 2044.

A extensão é decorrente da Lei nº 14.052/20 e Resolução ANEEL nº 895/20 de mais 113 dias, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. Em 26 de abril de 2022 a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa nº 11.715 com a extensão de 301 dias no prazo da outorga da UHE Santo Antônio do Jari.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

1.1.1 Uso do bem público - UBP

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico UHE Jari, recolhe à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual fixado na data de assinatura do Contrato de Concessão, atualizado em 31 de dezembro de 2023 de R\$2.911 corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2023, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$34.189 (R\$36.167 em 31 de dezembro de 2022) (Nota 18). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

www.edp.com.br

continua...

Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2 de  
24/08/2021, que institui a  
Infraestrutura da Chaves Públicas  
Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa  
Diário de Notícias em seu site de notícias.  
**AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento  
pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link  
<https://publegal.diariodenoticias.com.br/>



...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.8 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC					Data da vigência	
Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza			
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronunciamento		01/01/2023	
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento		01/01/2023	
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento		01/01/2023	
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento		01/01/2023	
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou não Circulantes; (ii) Adiamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IAS 26	Pronunciamento		01/01/2023	
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), <i>Amendments to IFRS 17</i> (2020) e <i>Initial Application of IFRS 17</i> e IFRS 9 - <i>Comparative Information</i> (2021).	IAS 36/ IAS 7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	Pronunciamento		01/01/2023	
Revisão 22: CPC 15 (R1), CPC 27, CPC 20 (R1) e CPC 41	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência da revogação do CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.	IAS 7/ IAS 16/ IAS 23/ IAS 33	Pronunciamento		04/08/2023	
OCPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros para Fins Gerais	As alterações trazem apenas ajustes de redação e de referências em razão de atualizações ocorridas em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC que têm correspondência com as normas emitidas pelo IASB, não contemplando qualquer alteração de mérito na norma original.	N/A	Orientação		04/08/2023	
Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante; Passivos Não Circulantes com <i>Covenants</i> e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retroarrendamento ( <i>sale and leaseback</i> ).	IAS/ IFRS 16	Pronunciamento		01/01/2024	
Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32, CPC 40 (R1)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores.	IAS 7/ IAS 12/ IFRS 7	Pronunciamento		01/12/2023	
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronunciamento		01/01/2025	

2.9 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas / CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	IFRS 10 / IAS 28	Pronunciamento	Indeterminado

Em relação ao normativo em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em períodos futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Eventos significativos no exercício  
3.1 Medidas da ANEEL para regulação de contratação de energia

Publicação	Descrição	Status
Portaria Normativa nº 709 de 30 de novembro de 2022	Em 02 de dezembro de 2022 o MME publicou a Portaria Normativa nº 709, de 30 de novembro de 2022, aprovando a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações que constam no Relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despatchadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN", de 22 de novembro de 2022, atualizado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE e pelo Ministério de Minas e Energia.	A partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia está em conformidade com a nova garantia física, que passou de 220MW para 211,3MW.
REN nº 1.063/2023 de 10 de maio de 2023	Em 10 de maio de 2023 foi publicada a REN nº 1.063/2023, alterando a REN nº 846, de 11 de junho de 2019, com vistas a estabelecer procedimentos e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia associados à segurança de barragens de usinas hidrelétricas fiscalizadas pela ANEEL, de acordo com o que determina a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.	A Companhia está cumprindo as exigências estabelecidas quanto a segurança de barragens, caso a Companhia não atenda, poderá sofrer penalidades que podem chegar a 2% da sua receita.

3.2 Redução de Capital social

A Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 26 de outubro de 2023, deliberou pela redução de seu capital social no montante de R\$200.000 por considerá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, sem cancelamento de ações, mantendo-se inalterada a proporção da participação de cada acionista no capital social.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	14.455	8.610
Aplicações financeiras - renda fixa		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	60.648	241.202
Total	75.103	249.812
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.		
Em 31 de dezembro de 2023 as aplicações financeiras da Companhia estão remuneradas a taxas que variam entre 98,00% e 103,25% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.		
O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.		
As aplicações são consolidadas por contraparte e por <i>rating</i> de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.		
A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 26.		
As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.		

8 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos (Nota 16) a pagar para seus acionistas, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, são apresentadas como segue:

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo		Passivo		Resultado	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Operacional	
				31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022
<b>Concessionárias (Nota 5)</b>									
<b>Venda de energia elétrica</b>									
EDP Espírito Santo	Controle comum	209,02	01/01/2016 a 31/12/2044	842	749			7.172	6.610
EDP São Paulo	Controle comum	285,80	01/01/2016 a 31/12/2044	1.299	890			10.735	9.969
				2.141	1.639	-	-	17.907	16.579
<b>Fornecedores (Nota 15)</b>									
<b>Suprimento de energia elétrica</b>									
Energest	Controle comum	139,31	01/01/2017 a 31/12/2046						(779)
<b>Encargos de uso de rede</b>									
Mata Grande Transmissora	Controle comum		01/11/2001 a 31/01/2033			1		(9)	(4)
EDP Transmissão Aliança	Controle comum		01/07/2021 a 31/12/2044			17	19	(221)	(198)
EDP Transmissão Litoral Sul	Controle comum		01/07/2021 a 31/12/2044			2	2	(26)	(16)
EDP Goiás	Controle comum		01/04/2013 a 01/12/2044			12	11	(137)	(115)
EDP Transmissão SP-MG	Controle comum		01/04/2013 a 01/12/2044			19	31	(255)	(210)
<b>Contrato de prestação de serviços (a)</b>									
EDP Goiás	Controle comum		01/06/2022 a 30/06/2026			52	348	(610)	(348)
				-	-	103	411	(1.258)	(1.670)
<b>Outras contas a pagar (Nota 12)</b>									
<b>Contrato de prestação de serviços (a)</b>									
EDP Trading	Controle comum		01/10/2019 a 31/05/2022						(225)
<b>Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais, Atividades de Backoffice e Serviços de Infraestrutura (b)</b>									
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto		01/01/2022 a 31/12/2026			236	236	8	(236)
				-	-	236	236	8	(461)
				2.141	1.639	236	236	8	16.649

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 28.2).

- a) Contrato de prestação de serviços:** O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, com vigência de 36 meses, a partir de 1º de janeiro de 2019 e término em 31 de dezembro de 2021, pela EDP - Energias do Brasil como cedente, tendo como cessionária a EDP Trading, sendo que um aditivo foi firmado em 1º de outubro de 2019, quando do início das prestações de serviços, passando a EDP Trading para cedente. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. O valor total dos serviços contratados é de R\$1.476, a serem pagos em parcelas mensais de R\$41, atualizado anualmente pelo IPCA.
- As partes celebram o primeiro termo aditivo com vigência de 6 meses, a partir de 1º de janeiro de 2022 até 30 de junho de 2022. O valor total dos serviços contratados é de R\$299, a serem pagos em parcelas mensais de R\$50, atualizado pelo IPCA para o exercício.
- O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto a ONS, com vigência de 12 meses, a partir de 01 de junho de 2022 e término em 30 de junho de 2023, pela EDP Goiás. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. O valor total dos serviços contratados é de R\$597, a serem pagos em parcelas mensais de R\$50, atualizado anualmente pelo IPCA. Este contrato foi submetido à anuência prévia da ANEEL.
- Posteriormente, por meio do Despacho nº 3.588/2022, a ANEEL aprovou a celebração desse contrato com a EDP Goiás assumindo o lugar da EDP Trading como prestadora do serviço. Com vigência até 30 de junho de 2023, e em 15 de maio de 2023 foi celebrado termo aditivo a esse contrato com o objetivo de prorrogar seu prazo até 30 de junho de 2026.
- (b) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais, Atividades de Backoffice:** O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos, serviços, materiais e outros gastos associados ao provimento das atividades compartilhadas entre a Companhia e a controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil. Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL.
- O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente.
- A operação realizada com as contrapartes informadas neste contrato ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.
- 8.1 Controladoras direta e finais**
- A Companhia possui controle compartilhado entre a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A. e a CTG Brasil, sendo esta controlada pela China Three Gorges Corporation.
- 8.2 Remuneração dos administradores**
- A Companhia não apresentou dispêndios no exercício com os profissionais chaves da Administração.

9 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Saldo em 31/12/2022	Adição	Atualização	Resgate	Baixa	Saldo em 31/12/2023
Depósitos judiciais	19.1	1.301		115	(10)	(92)	1.314
Depósitos vinculados	9.1	24.267	17.844	2.695	(23.826)		20.980
Total		25.568	17.844	2.810	(23.836)	(92)	22.294
Circulante			785				-
Não Circulante			24.783				22.294

5 Concessionárias

	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias		
Suprimento de energia elétrica	45.846	43.028
Energia de curto prazo		656
Total	45.846	43.684

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Os recebimentos das vendas de energia relacionadas a contratos bilaterais ocorre, substancialmente, com vencimento único no mês seguinte ao reconhecimento da receita. Já os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Quanto aos contratos de venda de energia no mercado de curto prazo (ACL), são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que se mostram materiais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 26.2.5.

6 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

		Saldo em			Atualização	Adiantamentos /	Compensação	Reclas-	Transfe-	Saldo em
	Nota	31/12/2022	Adição	Baixas	monetária	Pagamentos	de tributos	sificação	rência	31/12/2023
Ativos compensáveis										
Imposto de renda e contribuição social a compensar		7.317			1.098	9.045	(5.756)		5.638	17.342
Total Circulante		7.317	-	-	1.098	9.045	(5.756)	-	5.638	17.342
Outros tributos compensáveis										
ICMS		287				7			(170)	124
PIS e COFINS	6.2	3.348	8.352		350		(135)		(8.352)	3.563
IRRF sobre aplicações financeiras		2.965	9.760						(12.723)	2
Retenções de Tributos Federais de órgãos públicos		251		(4)						247
Total Circulante		6.851	18.112	(4)	350	7	(135)	-	(21.245)	3.936
Passivos a recolher										
Imposto de renda e contribuição social a recolher		1.701	9.578			(2.812)			(7.085)	1.382
Total Circulante		1.701	9.578	-	-	(2.812)	-	-	(7.085)	1.382
Outros tributos a recolher										
ICMS		219	4.127			(4.064)			(170)	112
PIS e COFINS		2.217	36.051		16	(21.975)	(5.875)		(8.352)	2.082
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		123	1.795		8	(1.839)		(9)		78
IRRF sobre juros s/ capital próprio	6.1	9.727	10.573			(9.711)	(16)			10.573
Encargos com pessoal		229	1.756			(1.737)		1		249
Outros		3	110			(4)		8		117
Total Circulante		12.518	54.412	-	24	(39.330)	(5.891)	-	(8.522)	13.211

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que se liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

6.1 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$10.573 é relativo ao IRRF sobre JSCP deliberado no exercício de 2023, que será liquidado em janeiro de 2024.

6.2 PIS e COFINS

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$3.563 (R\$3.348 em 31 de dezembro de 2022) de créditos de PIS e COFINS, refere-se a créditos originados da aquisição de insumos de energia elétrica, uso da rede, materiais e serviços, que estão sendo compensados com os respectivos débitos desses impostos, na medida que os faturamentos de energia elétrica estão sendo realizados.

7 Tributos diferidos

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
PIS e COFINS		20	15
Imposto de renda e contribuição social	7.1	110.376	113.739
Total		110.396	113.754

7.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

7.1.1 Composição

Natureza dos créditos	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022
Prejuízos fiscais	29.362	29.221			141	(738)
Base negativa da contribuição social	2.502	6.077			(3.575)	(3.263)
	31.864	35.298	-	-	(3.434)	(4.001)
Diferenças temporárias						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.022	1.100			(78)	197
Compra vantajosa			137.908	144.475	6.567	6.567
Uso do bem público - CPC 25	22.176	24.025	15.072	16.463	(458)	715
Direito de concessão - Outros			4.720	4.937	217	217
Licenças ambientais	4.309	1.626	6.392	4.291	582	481
Outras	227	221	5.882	5.843	(33)	(27)
Total diferenças temporárias	27.734	26.972	169.974	176.009	6.797	8.150
Total bruto	59.598	62.270	169.974	176.009	3.363	4.149
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(59.598)	(62.270)	(59.598)	(62.270)		
Total	-	-	110.376	113.739		







...continuação

Companhia Energética do Jari – CEJA

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**19.2 Licenças ambientais**

O montante em 31 de dezembro de 2023 de R\$12.674 (R\$4.782 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Jari, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. A Licença de Operação - LO nº 1.233/14 foi emitida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA em 13 de maio de 2014, sendo retificada em 9 de março de 2015, autorizando a Companhia a operar a UHE Jari, localizada no rio Jari, entre os municípios de Almeirim no Estado do Pará (PA) e Laranjal do Jari no Estado do Amapá (AP).

A LO era válida pelo período de 4 anos, a contar da data da retificação, vencendo em 8 de março de 2019. A Companhia providenciou o processo de renovação da LO, dentro do prazo estipulado, e, atualmente, está aguardando a manifestação do IBAMA, sendo que, até a manifestação do mesmo, a LO permanece válida.

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IPCA. A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 7,00% a.a., que representa a taxa média de financiamento do empreendimento, e compreende o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia consultou seus assessores jurídicos que avaliaram que as medidas de natureza continuada previstas na licença sob prorrogação automática possuem validade prorrogada e que a legislação prevê prazos mínimos e máximo para a vigência da LO, portanto a Companhia entende que é possível considerar, para fins de provisionamento, as obrigações continuadas pelo prazo de mais 4 anos, previsto na Resolução CONAMA 237/97. Por este motivo, em 31 de dezembro de 2023, foram adicionados R\$8.780 conforme demonstrado no quadro abaixo.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados à manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício foram de R\$606 (R\$1.488 em 31 de dezembro de 2022). O montante total refere-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados.

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Realizações	Atualização Monetária	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2023
Circulante	2.510	5.032	(606)		1.537	10	5.998
Não circulante	2.272	3.748			1.537	(1.959)	6.676
Total	4.782	8.780	(606)	1.667	-	(1.949)	12.674

**20 Patrimônio líquido**

**20.1 Capital social**

O capital social totalmente subscrito e integralizado 31 de dezembro de 2023 é de R\$650.824 (R\$850.824 em 31 de dezembro de 2022) e está representado por 25.793.746 ações ordinárias, sem valor nominal.

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGE, realizada em 26 de outubro de 2023, deliberou pela redução de capital social no montante de R\$200.000, por considerá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, sem cancelamento de ações, mantendo-se inalterada a proporção da participação de cada acionista no capital social.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável. Segue abaixo a composição acionária:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
EDP - Energias do Brasil	12.896.873	50,00	12.896.873	50,00
CTG Brasil	12.896.873	50,00	12.896.873	50,00
Total	25.793.746	100,00	25.793.746	100,00

**20.2 Destinação do lucro**

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
<b>Lucro a ser destinado</b>			
Lucro líquido apurado no exercício		189.285	169.966
Constituição da reserva legal - 5%	20.3	(9.464)	(8.498)
		<b>179.821</b>	<b>161.468</b>
<b>Destinação do lucro</b>			
Dividendos intermediários - JSCP	16	(70.485)	(64.848)
Incentivos fiscais	20.3.2	(31.862)	(28.749)
Dividendo adicional proposto	16	(77.474)	(67.870)
		<b>(179.821)</b>	<b>(161.468)</b>
Dividendos por ação - RS - JSCP		(2.73261)	(2.51411)
Dividendos por ação - RS - Dividendos complementares		(3.00357)	(2.63123)
<b>20.3 Reservas</b>			
Reservas de lucros			
Legal	20.3.1	36.879	27.415
Dividendo adicional proposto	16	77.474	67.870
Incentivos fiscais	20.3.2	124.052	92.190
Total		<b>238.405</b>	<b>187.475</b>
<b>20.3.1 Reserva legal</b>			
A Reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, representada por 5% do lucro líquido antes de qualquer outra destinação, não excedente a 20% do capital social.			
<b>20.3.2 Reservas de incentivos fiscais</b>			
As Reservas de incentivos fiscais, a partir do exercício findo de 31 de dezembro de 2008, foram constituídas por incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM (anterior Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA) referente à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração. O valor dessa subvenção governamental é excluído da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o Artigo 195-A da Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07, e somente poderá ser utilizado para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.			

**21 Receitas**

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.
- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

		MWh		R\$	
	Nota	2023	2022	2023	2022
Suprimento de energia	21.1	1.847.484	1.847.484	383.714	359.919
Energia de curto prazo		7.492		7.459	7.146
<b>Receita operacional bruta</b>		<b>1.854.976</b>	<b>1.847.484</b>	<b>391.173</b>	<b>367.065</b>
(-) Deduções à receita operacional					
ICMS				(3.655)	(3.982)
PIS/COFINS				(34.306)	(31.605)
				<b>(37.961)</b>	<b>(35.587)</b>
Encargos do consumidor					
P&D				(3.282)	(3.139)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH				(9.802)	(11.801)
Outros encargos				(1.490)	(1.343)
				<b>(14.574)</b>	<b>(16.283)</b>
<b>Receita</b>		<b>1.854.976</b>	<b>1.847.484</b>	<b>338.638</b>	<b>315.195</b>

**21.1 Suprimento de energia**

A variação no exercício é decorrente do aumento do preço médio dos contratos devido ao reajuste, pelo o IPCA de 4,6% no ano de 2023.

**22 Gastos operacionais**

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

		2023		Despesas operacionais	
	Nota	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras
Energia elétrica comprada para revenda	22.1	37.833			37.833
Encargos de uso da rede elétrica		30.136			30.136
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	22.2		6.641	622	7.263
Material			3.423	56	3.479
Serviços de terceiros	22.3		8.495	1.101	9.596
Depreciação - Imobilizado em serviço			30.030		30.030
Amortização			1.014	21.671	22.685
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens			164	62	(372)
Outras				1.693	553
Total		<b>68.133</b>	<b>49.665</b>	<b>25.143</b>	<b>181</b>
		2022		Despesas operacionais	
	Nota	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras
Energia elétrica comprada para revenda	22.1	16.797			16.797
Encargos de uso da rede elétrica		28.251			28.251
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	22.2		5.860	579	6.439
Material			1.584	10	1.594
Serviços de terceiros	22.3		14.329	958	15.287
Depreciação - Imobilizado em serviço			28.194		28.194
Amortização			4.664	17.705	22.369
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens				(2.252)	(2.252)
Outras			165	(4.245)	1.643
Total		<b>45.213</b>	<b>50.386</b>	<b>20.895</b>	<b>1.468</b>

**22.1 Energia elétrica comprada para revenda**

	Nota	2023	2022
Contratos de compra de energia por quantidade	22.1.1	27.921	10.109
Energia de curto prazo	22.1.2	19.764	16.540
Outros		(546)	(33)
(-) Ressarcimentos CCEE		(5.450)	(8.107)
(-) Créditos de PIS/COFINS		(3.856)	(1.712)
		<b>37.833</b>	<b>16.797</b>

**22.1.1 Contratos de compra de energia por quantidade**

A variação no exercício deve-se, substancialmente, ao aumento do volume de compra de energia realizada em 2023 para atender a estratégia de evitar uma exposição financeira negativa na CCEE no ano.

**22.1.2 Energia de curto prazo**

A variação no exercício refere-se, substancialmente, ao aumento do PLD médio do submercado SU/CO foi de R\$72,20/MWh em 2023 em comparação com R\$59,00/MWh no exercício de 2022.

	2023	2022
<b>22.2 Pessoal</b>		
Pessoal		
Remuneração	3.637	2.817
Encargos	1.267	1.198
Programa de demissão voluntária		2
Despesas rescisórias	161	455
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	396	370
Outros benefícios - Corrente	1.791	1.496
(-) Créditos de tributos recuperáveis	(91)	
Outros	76	79
	<b>7.237</b>	<b>6.417</b>
Administradores		
Honorários e encargos	15	21
Benefícios dos administradores	11	1
	<b>26</b>	<b>22</b>
	<b>7.263</b>	<b>6.439</b>

	Nota	2023	2022
<b>22.3 Serviços de terceiros</b>			
Serviços de consultoria		1.201	941
Serviços de manutenção	22.3.1	6.264	13.983
Serviços de limpeza e vigilância		1.009	440
Serviços ambientais		436	144
Serviços de informática		594	549
Serviços de publicação e publicidade		57	46
Serviços de telecomunicações		340	200
Serviços de transporte		289	495
(-) Crédito de PIS/COFINS		(970)	(1.511)
Outros		376	
		<b>9.596</b>	<b>15.287</b>

**22.3.1 Serviços de manutenção**

A variação no exercício refere-se à contratação de serviços de manutenção trienal da unidade geradora 2 ocorrida em 2022.

	Nota	2023	2022
<b>23 Resultado financeiro</b>			
<b>Receitas financeiras</b>			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções	4	35.530	27.100
Energia vendida		330	131
Depósitos judiciais		115	108
Juros e multa sobre tributos	6	1.448	1.207
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(1.755)	(1.343)
Outras receitas financeiras		218	255
		<b>35.886</b>	<b>27.458</b>
<b>Despesas financeiras</b>			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	17.2	(36.869)	(39.062)
Juros e multa sobre tributos	6	(24)	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	19.1.1	(196)	(1.564)
Uso do bem público	23.1	(1.102)	(4.417)
Fator de indisponibilidade - FID	23.1	2.792	(4.498)
Outros juros e variações monetárias		208	(563)
Outras despesas financeiras		(711)	(152)
		<b>(35.902)</b>	<b>(50.256)</b>
Total		<b>(16)</b>	<b>(22.798)</b>

**23.1 Uso do bem público - UBP e Fator de Indisponibilidade - FID**

A variação na rubrica do Uso do bem público - UBP e Fator de Indisponibilidade - FID referem-se, principalmente, ao indexador IGP-M, que ao longo de 2023 apresentou redução significativa, tendo variações negativas no exercício. Em 2023 a taxa é de -3,36% no acumulado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (5,42% em 31 de dezembro de 2022).

	2023	2022
<b>24 Imposto de renda e contribuição social</b>		
O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.		
As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	195.500	174.435
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	<b>(66.470)</b>	<b>(59.308)</b>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	(10)	(18)
Juros sobre o capital próprio	23.965	22.049
Outros		
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	6.567	6.567
(Adição) Reversão de diferenças permanentes	(2.233)	(2.232)
Efeito tributário de créditos extemporâneos	54	
Incentivos fiscais		
SUDAM	31.862	28.449
Outros	50	24
Despesa de IRPJ e CSLL	<b>(6.215)</b>	<b>(4.469)</b>
Alíquota Efetiva	3,18%	2,56%

**24.1 Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM**

A Companhia obteve junto à SUDAM o Laudo Constitutivo nº 030/2021, expedido pelo motivo da incorporação da ECE Participações, em substituição ao Laudo Constitutivo nº 24/2018, de 23 de abril de 2018, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos, para o reconhecimento do direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, por um período de 10 anos, a partir do exercício fiscal de 2018.

Essa subvenção governamental foi reconhecida no resultado do exercício, como redução do imposto de renda apurado, em atendimento ao CPC 07 (R1) - Subvenções e Assistências Governamentais, e registrados em contrapartida da Reserva de Incentivos Fiscais na Companhia.

	2023	2022
<b>25 Resultado por ação</b>		
O resultado básico por ação para os exercícios apresentados são calculados pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.		
A Companhia não opera com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:		
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	189.285	169.966
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	25.794	25.794
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	<b>7,33833</b>	<b>6,58936</b>

**26 Instrumentos financeiros e gestão de riscos**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

**26.1 Instrumentos financeiros**

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

**26.1.1 Classificação dos Instrumentos financeiros**

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

		Valor justo		Valor contábil	
	Nota	Níveis	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
<b>Ativos financeiros</b>					
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
<b>No reconhecimento inicial ou subsequentemente</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4				
Aplicações financeiras	Nível 2	60.648	241.202	60.648	241.202
		<b>60.648</b>	<b>241.202</b>	<b>60.648</b>	<b>241.202</b>
<b>Custo amortizado</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4				
Bancos conta movimento	Nível 2	14.455	8.610	14.455	8.610
Concessionárias	5	45.846	43.684	45.846	43.684
Cauções e depósitos vinculados	9	20.980	24.267	20.980	24.267
Outros créditos - Partes relacionadas	8	236	236	236	236
		<b>81.517</b>	<b>76.797</b>	<b>81.517</b>	<b>76.797</b>
		<b>142.165</b>	<b>317.999</b>	<b>142.165</b>	<b>317.999</b>

**Passivos Financeiros**

**Valor justo por meio do resultado**

**Custo amortizado**

Uso do bem público

	Níveis	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Forneceadores</					



NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

No caso dos Empréstimos e financiamentos (Nota 17), de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente ao contrato com o BNDES, uma vez que este contrato possui características próprias.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado do Uso do bem público e das Licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa que representa a taxa anual de financiamento do empreendimento, incluindo o risco de crédito.

**26.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros**

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

**26.2 Gestão de risco**

A Companhia adota a política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil que abrange todas as suas unidades de negócios. As operações que envolvem riscos são deliberadas pela Administração. Cabe ao Comitê de Risco garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

**26.2.1 Risco de mercado**

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos e financiamentos captados pela Companhia, apresentados na nota 17 possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados à TJLP.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta à oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

**26.2.1.1 Análise de sensibilidade**

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas através de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

		Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)	
		Saldo da	Acima			Aumento do	Aumento do	Redução do	Redução do	
		exposição	Até 1 ano	2 a 5 anos	de 5 anos	Provável	risco em 25%	risco em 50%	risco em 25%	risco em 50%
Operação	Risco									
Aplicação financeira - CDB	CDI	60.648	5.179			5.179	1.282	2.599	(1.287)	(2.579)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	20.980	1.983	923		2.906	744	1.495	(737)	(1.467)
<b>Instrumentos financeiros ativos</b>	<b>CDI</b>	<b>81.628</b>	<b>7.162</b>	<b>923</b>	<b>-</b>	<b>8.085</b>	<b>2.026</b>	<b>4.094</b>	<b>(2.024)</b>	<b>(4.046)</b>
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	(396.020)	(31.254)	(76.821)	(12.198)	(120.273)	(22.589)	(44.857)	22.921	46.183
<b>Instrumentos financeiros passivos</b>	<b>TJLP</b>	<b>(396.020)</b>	<b>(31.254)</b>	<b>(76.821)</b>	<b>(12.198)</b>	<b>(120.273)</b>	<b>(22.589)</b>	<b>(44.857)</b>	<b>22.921</b>	<b>46.183</b>

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e TJLP estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 8,0% e 11,7% a.a.; e TJLP entre 6,3% e 6,9% a.a.

**26.2.2 Risco de liquidez**

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os valores contratados e os liberados são apresentados na nota 17.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5). A Companhia apresenta em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos à rubrica de Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 28.1.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2023, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

Passivos Financeiros	31/12/2023							31/12/2022	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	AVP	Total	Total	
	4.776	14.213	87.716				106.705	112.897	
Fornecedores	4.776	14.213	87.716				106.705	112.897	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	6.953	20.315	27.021	339.610	1.841		395.740	444.364	
Uso do bem público	241	479	2.205	9.216	53.082	(31.034)	34.189	36.167	
Licenças ambientais	325	1.040	4.777	7.992	(1.460)		12.674	4.782	
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				17			17	8	
	<b>12.295</b>	<b>36.047</b>	<b>121.719</b>	<b>356.835</b>	<b>54.923</b>	<b>(32.494)</b>	<b>549.325</b>	<b>598.218</b>	

**26.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas**

A Companhia possui contratos de financiamento com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

*Covenants* são indicadores econômico-financeiros de controle de saúde financeira exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos principais *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 17. Até a emissão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 26.2) para a rubrica de Empréstimos e financiamentos. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

**26.2.2.2 Capital Circulante Líquido - CCL**

O capital circulante líquido, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante em 31 de dezembro de 2023 foi negativo na Companhia em R\$95.960 (R\$75.835 positivo em 31 de dezembro de 2022). A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir com as obrigações operacionais de curto prazo, seja por meio da própria geração de caixa da Companhia, quanto por captação de dívida ou com eventuais aportes dos acionistas, se necessário.

**26.2.3 Risco hidrológico**

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligação Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para 190MWm e 87% para 20,9MWm, para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio.

**26.2.4 Riscos ambientais**

As atividades da Companhia podem causar impactos negativos significativos ao meio ambiente. Tendo isso em vista, a controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil, em seus diversos segmentos de atuação, trabalha com respeito ao meio ambiente e estabelece compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental, visando prevenir, mitigar e, quando necessário, recuperar e compensar os impactos de suas operações.

Essa conduta é norteada: (i) pela legislação vigente, que impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados; e (ii) pela Política de Meio Ambiente da controladora em conjunto, que é aplicável a todas as suas unidades de negócio e que reforça a obrigatoriedade de atendimento aos requisitos legais aplicáveis, além do compromisso com a gestão dos riscos ambientais, disseminação do conhecimento sobre o uso eficiente dos recursos naturais e contribuição com as melhores práticas na cadeia de valor.

**26.2.5 Risco de crédito**

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está, principalmente, relacionada às rubricas abaixo:

- **Concessionárias**

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de lances, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Silvio Alexandre Scucuglia da Silva Presidente	Liyl Zhang Conselheiro	Evandro Leite Vasconcelos Conselheiro	Luiz Otavio Assis Henriques Conselheiro	Maria Clara Fonseca de Oliveira Lima Maia e Castro Conselheira	Henrique Manoel Marques Faria Lima Freire Conselheiro
---	---------------------------	--	--	---	--

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luiz Otavio Assis Henriques Diretor-Presidente	Lourival Teixeira Dos Santos Sobrinho Diretor Operacional e Técnico	Sérgio Ricardo de Marcon Fonseca Diretor Administrativo	Fernando Fleischer Ferrari Diretor Financeiro
---	--	--	--

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos (Corporativo)	Carla Renata Baptistão Contadora - CRC 1SP328362/O-5
---	---

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Companhia Energética do JARI - CEJA

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética do JARI - CEJA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros assuntos**

**Demonstração do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Valores correspondentes ao exercício anterior**

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 24 de fevereiro de 2023, sem ressalvas.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante,

• **Caixa, Equivalentes de caixa e Cauções**

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros, que estabeleça condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro 2022, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com rating de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

**26.2.6 Risco regulatório**

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, Agência Nacional de Águas - ANA) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, EPE, CONAMA, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

**26.2.7 Gestão de capital**

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações, por exemplo, para reduzir o nível de endividamento.

Total dos empréstimos	395.740	444.364
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(75.103)	(249.812)
(-) Cauções	(20.980)	(24.267)
Dívida líquida	<b>299.657</b>	<b>170.285</b>
Total do Patrimônio Líquido	889.229	1.038.299
Total do capital	<b>1.188.886</b>	<b>1.208.584</b>
Índice de alavancagem financeira - %	25,20%	14,09%

27 **Demonstrações dos Fluxos de Caixa**

27.1 **Atividades de financiamento**

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	Nota	2023				
		Saldo em		Efeito não caixa		Saldo em
		31/12/2022		Variação monetária e cambial	Adições / baixas	31/12/2023
<b>(Aumento) diminuição de ativos de financiamento</b>						
Cauções vinculados a empréstimos e financiamentos	9	24.267	(5.982)	2.695	-	20.980
		<b>24.267</b>	<b>(5.982)</b>	<b>2.695</b>	<b>-</b>	<b>20.980</b>
<b>Aumento (diminuição) de passivos financiamento</b>						
Dividendos	16	55.122	(122.992)		127.782	59.912
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17.2	444.364	(85.493)	4.539	32.330	395.740
Capital social	20.1	850.824	(200.000)			650.824
		<b>1.350.310</b>	<b>(408.485)</b>	<b>4.539</b>	<b>160.112</b>	<b>1.106.476</b>
<b>Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)</b>		<b>1.326.043</b>	<b>(402.503)</b>	<b>1.844</b>	<b>160.112</b>	<b>1.085.496</b>
	Nota	2022				
		Saldo em		Efeito não caixa		Saldo em
		31/12/2021		Variação monetária e cambial	Adições / baixas	31/12/2022
<b>(Aumento) diminuição de ativos de financiamento</b>						
Cauções vinculados a empréstimos e financiamentos		21.679	(144)	2.732	-	24.267
		<b>21.679</b>	<b>(144)</b>	<b>2.732</b>	<b>-</b>	<b>24.267</b>
<b>Aumento (diminuição) de passivos financiamento</b>						
Dividendos		36.984	(104.944)		123.082	55.122
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		493.791	(88.489)	2.961	36.101	444.364
		<b>530.775</b>	<b>(193.433)</b>	<b>2.961</b>	<b>159.183</b>	<b>499.486</b>
<b>Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)</b>		<b>509.096</b>	<b>(193.289)</b>	<b>229</b>	<b>159.183</b>	<b>475.219</b>

27.2 **Transações não envolvendo caixa**

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2023	2022
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	127.782	64.849
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado e intangível	8.780	45
Total	<b>136.562</b>	<b>64.894</b>

28 **Compromissos contratuais e Garantias**

28.1 **Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa de 6,86% que representa a taxa média de financiamento para a construção do empreendimento.

	31/12/2023				31/12/2022
	2024	2025 e 2026	2027 e 2028	A partir de 2029	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais					-
Obrigações de compra					239
Compra de Energia	639	1.576	1.402	4.504	8.121
Materiais e serviços	17.763	11.782	1.792	320	31.657
Prêmio de risco - GSF				79.694	79.694
Juros vincendos de empréstimos e Financiamentos	31.254	42.714	23.367	8.410	105.745
	<b>49.656</b>	<b>56.072</b>	<b>26.561</b>	<b>92.928</b>	<b>225.217</b>
					<b>250.800</b>

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2023, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2023				31/12/2022
	2024	2025 e 2026	2027 e 2028	A partir de 2029	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais					-
Obrigações de compra					230
Compra de Energia	485	1.298	1.298	6.167	9.248
Materiais e serviços	17.225	12.583	2.156	479	32.443
Prêmio de risco - GSF				241.616	241.616
Juros vincendos de empréstimos e Financiamentos	29.856	46.370	29.115	11.996	117.337
	<b>47.566</b>	<b>60.251</b>	<b>32.569</b>	<b>260.258</b>	<b>400.644</b>
					<b>450.738</b>

28.2 **Garantias**

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresenta outras garantias na modalidade Recebíveis no montante de R\$1.861 (R\$2.741 em 31 de dezembro de 2022). Os valores de garantia de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, está demonstrado na Nota 17.

29 **Cobertura de seguros**

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	3.975		3.975	
Usinas	655.402	200.000	655.402	200.000
Linhas de Transmissão	28.387		28.387	
Responsabilidade civil		50.000		50.000
Transportes (veículos)		360		360
Seguro de vida	3.568	(*)	3.539	(*)